

Centro de Estudos – ANAFE

Compilação das propostas e conclusões derivadas das Oficinas Temáticas do 7º CONAFE.

O maior Congresso da Advocacia Pública Federal (7º CONAFE), foi realizado na última semana, de 26 a 29 de outubro de 2023. A partir dos debates e proposições, efetivam-se aqui as consolidações das conclusões a serem levadas para deliberações e execuções a serem ponderadas pelos associados e pela Associação como um todo.

As proposições e conclusões foram sintetizadas a partir dos preenchimentos dos formulários eletrônicos disponibilizados a todos os participantes.

Conforme premissas, a atribuição do Centro de Estudos foi voltada para efetivar a síntese das conclusões das Oficinas, conforme os encaminhamentos existentes nos formulários. O volume de proposições e conclusões é derivado, portanto, do montante de respostas efetivamente feitos pelos participantes.

Oficina Temática	Proposições e conclusões
Transação Tributária e Soluções Consensuais	• Criação, na estrutura central da AGU, de uma Direção Nacional de Articulação Institucional, responsável por acelerar o compartilhamento de soluções vitoriosas encontradas em cada carreira, promovendo a unidade institucional e disseminando uma cultura de identidade entre os membros da AGU. • Melhoria da articulação de experiências e compartilhamento de êxitos e problemas entre PGFN e órgãos da PGU, PGBC e PGF que atuam na cobrança de créditos. Compartilhamento de estratégias. • Postular junto à AGU investimentos específicos em tecnologia da informação voltada para a cobrança de créditos.

	• Postular junto à AGU investimentos específicos na especialização de cálculos, para elevação de eficiência. • Concretizar a implementação de ferramentas tecnológicas para conseguir realizar o protesto eletrônico e parcelamento simplificado para todas as autarquias. Criação de certidão negativa unificada para as autarquias. • Reflexão e amadurecimento de vias e ferramentas para busca de bens no exterior, com colaboração entre as carreiras.
Saúde Mental da Mulher	• Criar mecanismos para engajar um número maior de homens em grupos de estudos, eventos, oficinas ou eventos com temáticas ligadas às mulheres. Refletir sobre a criação de cotas de participação obrigatória de homens nesses espaços. • Divulgação do projeto cegonha, que trata do acolhimento e retorno gradual após licença maternidade. • Maior participação de mulheres nos lugares de poder dentro da associação • Busca de espaço para o cuidado com a saúde mental das mães, especialmente às que retornam de licença maternidade (retorno com carga gradual por ex) e das mães (e pais) com filhos com necessidades especiais, inclusive dos que trabalham em home office. • Refletir sobre dificuldades específicas para que as advogadas públicas possam se especializar, considerando carga normal de trabalho e a dupla jornada de trabalho.



Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

Encarando os privilégios	• Combater o discurso preconceituoso pessoal e institucionalmente.
Desafios a serem superados para que os recursos dos honorários tenham utilização plena	• Institucionalizar cada vez mais o CCHA e garantir que os conselheiros possam tomar decisões sem temor, inclusive com base em pareceres jurídicos da AGU; • Refletir sobre a formação e contratação de seguro de responsabilidade civil e administrativa em favor dos membros do Conselho, para pleno e seguro desenvolvimento de suas atribuições e deliberações. • Encontrar mecanismos para fortalecer o CCHA e dar maiores garantias aos conselheiros. Uma forma de iniciar esse fomento seria a criação de um fórum entre associações e CCHA para reuniões periódicas e permanentes para criação dessa parceria. • Análise dos pagamentos retroativos assim como aportes para o custeio de despesas relativas aos planos de saúde, auxílio alimentação, dentre outras verbas inclusive indenizatórias; • Analisar possibilidade de o CCHA desenvolver posição de apoiador financeiro aos programas de valorização e de fortalecimento dos membros da AGU. • Melhorar as vias de comunicação com o CCHA. • Analisar a possibilidade de os valores de honorários serem direcionados também à capacitação pessoal dos membros da AGU.



Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

	• Analisar a possibilidade de valores dos honorários serem também destinados como contribuição junto à Funpresp. • Utilização dos recursos para fins de ressarcimento ou indenização na aquisição de laptops, computadores, dentre outros, utilizados individualmente nas atividades laborais.
Bem-estar laboral e combate ao assédio moral	• Aprimorar as divulgações sobre os procedimentos de apuração de denúncias de assédio moral e assédio sexual. • Cursos para formação de gestores e sua capacitação. • Apoio para o bom desenvolvimento das atividades de gestão. • Divulgação de boas práticas de trabalho e teletrabalho, inclusive quanto ao bom uso de ferramentas tecnológicas.